

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E ESPACIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA - 2000 - 2004

Anderson Antonio da Silva - Mestrando do Programa de Pós – Graduação em Geografia da FCT/UNESP - Campus de Presidente Prudente. Coordenador de Projetos do NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, do Departamento de Geografia da FCT/UNESP. Assessor do Setor de Documentação Nacional da Comissão Pastoral da Terra – CPT

geografiaprudente@yahoo.com.br

Bernardo Mançano Fernandes - Professor dos cursos de graduação e Pós – Graduação em Geografia da FCT/UNESP - Campus de Presidente Prudente. Assessor do Setor de Documentação Nacional da Comissão Pastoral da Terra – CPT. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Coordenador do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais - CLACSO

bmfunesp@terra.com.br

Introdução

A ocupação de terra se constitui na forma mais importante de acesso à terra no Brasil (FERNANDES, 2001). A acanhada reforma agrária que acontece não pode ser percebida sequer em escala estadual, quiçá nacional. Pode – se contar nos dedos os municípios que tiveram suas estruturas fundiárias desconcentradas por causa da implantação de assentamentos. E essa realidade é resultado das ocupações de terra que pressionaram o Estado para que executasse uma política de reforma agrária.

Embora essa questão seja pouquíssima discutida, porque muitos trabalhos de pesquisa partem do pressuposto que os assentamentos são resultados da reforma agrária e não das ocupações de terra, temos trabalhado intensamente para compreender melhor essa realidade. A territorialização dos movimentos camponeses, como demonstrado neste artigo, é processo indubitável da espacialização da luta pela terra que define o território como referência fundamental para análise dessa realidade.

Para aprofundar essa reflexão, apresentamos um ensaio conceitual a respeito das ocupações de terra realizadas pelos movimentos socioterritoriais no processo de espacialização da luta pela terra. Desse modo, continuamos nosso ensaio teórico a partir da leitura geográfica dos dados publicados pela Comissão Pastoral da Terra - CPT. Essas são novas referências para ampliar nossas reflexões a respeito do conceito de movimento socioterritorial que estamos cunhando.

Procuramos aprofundar essa discussão a partir de (SANTOS, 1988 e 1996), (LEFEBVRE, 1991), (RAFFESTIN, 1993), (OLIVEIRA, 1991) (GONÇALVES, 2001; 2005) e (FERNANDES, 1998; 2000; 2004); (FERNANDES e MARTIN, 2004), utilizando como

exemplos movimentos camponeses atuantes no território nacional e que se espacializam e se territorializam na luta pela terra.

As informações analisadas neste texto foram obtidas a partir dos Cadernos Conflitos no Campo – Brasil 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004, publicados pela CPT. Com base nessas informações realizamos as classificações por estados, e macrorregiões dos movimentos socioterritoriais, procurando compreender suas participações no processo de espacialização da luta pela terra.

A espacialização é compreendida pelo processo de produção e criação de espaços de luta para conquistar a terra. Neste texto, realizamos a primeira análise desse processo, tomando como referência os movimentos socioterritoriais. Todavia, pela inexistência de um cadastro de acompanhamento das atividades desses movimentos, nossa análise é limitada às ações, sem podermos aprofundar os estudos a respeito das origens, permanência e cessação.

Para superar esta lacuna, estamos trabalhando na criação de um cadastro de movimentos socioterritoriais no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA. Não se tem conhecimento, hoje no Brasil, do número de movimentos socioterritoriais. Neste trabalho analisamos apenas as ações de 57 movimentos que atuaram no período 2000 – 2004, ocupando terra e ou resistindo na terra, de acordo com as pesquisas realizadas pela CPT.

Construção Conceitual

Nossas reflexões a respeito do conceito de movimentos socioterritoriais começaram na segunda metade da década de 1990 e resultaram na publicação do artigo “Movimento Social como Categoria Geográfica” (FERNANDES, 2000). Essas reflexões continuaram no debate com o geógrafo francês Jean Yves – Martin e resultaram na publicação do texto “Movimento socioterritorial e globalização: algumas reflexões a partir do caso do MST” (FERNANDES; MARTIN, 2004).

Estes dois trabalhos resultam de um desafio no sentido de superar os conteúdos sociológicos do conceito de movimento social, muito utilizado nos trabalhos de geógrafos, mas que pouco contribui para a compreensão dos processos desenvolvidos pelos movimentos produtores e construtores de espaços e transformadores de espaços em territórios.

Os movimentos transformam espaços em territórios, se territorializam, são desterritorializados e se reterritorializam, carregando consigo suas territorialidades. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida como estado permanente de conflitos no enfretamento entre forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar territórios. A criação ou conquista de um território acontece com a desterritorialização e com a reterritorialização de outro. O território é espaço de dominação e de resistência e por essa razão carrega em si sua contradição.

Na década de 1990, a geografia agrária intensificou seus estudos referentes às ações dos movimentos sociais. Todavia, no referencial teórico para análise dos objetos predominava conceitos de origem sociológica, econômica ou histórica. Por esta razão, nosso desafio em pensar as dimensões geográficas das ações e das relações construídas pelos movimentos sociais, no sentido de reconceitualizá-lo a partir de uma leitura geográfica do processo.

Neste sentido, estamos cunhando o conceito de movimento socioterritorial para contribuir com os estudos geográficos nas Ciências Humanas. Os sociólogos preocupam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos. Essa é uma possibilidade, mas com certeza não contribui tanto para a compreensão dos espaços e dos territórios produzidos/construídos pelos movimentos.

Esses espaços são materializações, se concretizam na realidade, em lugares diversos, espaços múltiplos, e é possível mapeá-los de diferentes modos, contribuindo com leituras geográficas. Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e se territorializam.

Para evitar mal-entendidos com relação a nosso pensamento, enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica.

É com essa preocupação que apresentamos este ensaio teórico, ou seja, construir um referencial que nos permita compreender como as formas de organização e as relações sociais definem e delimitam espaços e territórios de ação dos movimentos.

Ainda queremos enfatizar que não significa uma visão determinista do lugar, como lembra (NEVES, 2004). Não propomos estudo descritivo do território, mas as interações que são constituintes de transformação da realidade a partir de processos geográficos. Não nos interessa o espaço em si, mas o movimento do espaço e sua transformação em território. Com essa preocupação cunhamos o conceito que no possibilita compreender as ações dos movimentos socioterritoriais, a partir dos territórios construídos pelas relações sociais, materiais e imateriais. Enfatizando, também é preciso compreender as formas de organização dos movimentos, tomando como referência, o espaço, o território e o lugar produzidos por suas ações por meio das relações sociais.

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os movimentos socioterritoriais e seus processos geográficos (isolados ou territorializados). Os movimentos socioterritoriais têm o território como trunfo, essencial para sua existência. Os movimentos camponeses se constituem em movimentos socioterritoriais, porque criam relações sociais para produzirem seus próprios territórios.

Analisando a pesquisa da Comissão Pastoral da Terra (realizada no período 2000 – 2004), reunimos cinquenta e sete movimentos socioterritoriais atuando em todo o território nacional. Através desses movimentos, 232.757 famílias participaram de 1.374 ocupações. Ainda 22.300 famílias organizaram-se em movimentos socioterritoriais, todavia esses não tiveram seus nomes identificados. Esses, na maior parte, são movimentos isolados e respondem por um número menor de ações. Dos 57 movimentos analisados, 45 são movimentos socioterritoriais isolados (ver tabela 1 e quadro 1).

Movimentos isolados são aqueles que atuam somente em um estado. Os movimentos que atuam em mais de um estado formam uma rede de negociação com diferentes forças políticas. Quando um movimento realiza ocupações em duas unidades federativas, relacionam-se com distintas forças políticas, expandido as possibilidades de territorialização.

Por exemplo, pode negociar com um governador favorável à reforma agrária e com um governador contrário a reforma agrária. Essa diferença de resultados contribui com o desenvolvimento da luta. Pois uma conquista em um estado expande a possibilidade de resistência no outro estado. Quando um movimento socioterritorial atua em dois estados ou mais, inicia uma relação com outras escalas de poder, necessariamente com a capital federal.

Os movimentos territorializados são aqueles que atuam em mais de um estado e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua

territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala estadual, eles se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços.

Os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com as suas ações. Esses movimentos constroem espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas de seu desenvolvimento. A construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros acontecem em diferentes lugares e territórios. A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços.

No campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses e movimentos indígenas de luta pela terra e pelo território. Na cidade, os movimentos socioterritoriais são predominantemente os movimentos de sem-teto. Constroem seus espaços e espacializam-se para conquistar o território, promovendo assim a territorialização da luta pela terra e pela moradia.

Da mesma forma esses movimentos enfrentam contra – espaços (MOREIRA, 2002), que foram elaborados por (FELICIANO, 2003), como exemplos das medidas políticas do Estado para impedir a espacialização e territorialização dos movimentos camponeses. O conflito é fato presente nas ações dos movimentos socioterritoriais e são promotores de desenvolvimento e refluxo das políticas das instituições. A exclusão, a negociação e a ressocialização são condições que se realizam e se superam por meio das ações dos movimentos na construção de espaços e conquista de territórios.

Compreender esses processos é importante para superarmos pré-conceitos contra os sujeitos que lutam pela materialização de suas existências e são considerados, muitas vezes, como baderneiros, porque ocuparam espaços e territórios de onde foram excluídos pela desigualdade econômica e controle social.

Igualmente, nos ajuda a compreender como a Geografia pode utilizar uma leitura autônoma, para estudar melhor a realidade dos movimentos e contribuir com outras áreas do conhecimento.

Movimentos Socioterritoriais no Brasil – 2000 - 2004

Os movimentos socioterritoriais realizaram 1.632 ocupações com 255.057 famílias no período de 2000 a 2004 (tabela 1). Das 255.057 famílias, mais da metade, 151.275 ou

59,3% realizaram ocupações nas regiões Nordeste (38,5%) e Sudeste (20,8%). Na região Centro Oeste foram 19,6% das famílias, no Sul foram 12,8% e no Norte 8,3%.

Ainda com base na tabela 1, observa-se a intensidade da espacialização de cada movimento socioterritorial na luta pela terra. Estiveram presentes na organização de famílias em ocupações entre os anos de 2000 a 2004, com maior intensidade entre outros, cinco movimentos socioterritoriais¹: **MST, CONTAG, OLC, CUT e MAST.**

Entre estes movimentos destacamos o **MST**, responsável pela organização de 174.448 famílias em ocupações, realizando o correspondente a 68,4% das ocupações de terra. Em segundo lugar, a **CONTAG** organizou 18.590 famílias, o que representa 7,3%. Em terceiro, com 2,7%, a **OLC**, com 7.013 famílias e em quarto lugar com 2,0% a **CUT**, com 5.183 famílias, em quinto lugar com 1,6% e 4.016 famílias o **MLST**.

Tivemos ainda no universo da análise, 22.300 famílias ou 8,7% de ocupações realizadas por movimentos socioterritoriais que não foram informados e 23.507 ou 9,2% na categoria outros, que é a soma de todos os movimentos socioterritoriais que realizaram menos de dezessete ocupações no período, conforme pode ser visualizado na tabela 1.

Analisando esta mesma realidade por estado, verificamos alta concentração do número de famílias em ocupações em 5 unidades federativas: Pernambuco, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás. Juntos estes estados reúnem 131.184 famílias, valor que corresponde a 51,4% do total de famílias em ocupações contabilizadas no período.

Deste total, participaram cada uma das unidades federativas com os seguintes percentuais: Pernambuco 19,9% (50.751 famílias), São Paulo 9,9% (25.378 famílias), Mato Grosso do Sul 7,6% (19.396 famílias), Minas Gerais 7,5% (19.075 famílias) e Goiás 6,5 (16.584 famílias). Em PE, o **MST** foi responsável por 63,1% (32.052 famílias), em SP por 74,8% (19.002), em MS por 61,7% (11.982 famílias), em MG 49,7% (9.490 famílias) e em GO por 73,8% (12.253 famílias) respectivamente.

Em linhas gerais os Estados de Pernambuco e São Paulo são as unidades federativas com registro de maior número de famílias em ocupações. A participação destes estados no número total confere às regiões Nordeste e Sudeste o status das duas macrorregiões com maior número de famílias ocupantes.

Em segundo e terceiro lugar respectivamente, temos a **CONTAG** e a **OLC**, os dois movimentos socioterritoriais mais expressivos. Juntos organizaram cerca de 25.603 famílias, equivalente a 10% das ocupações realizadas no período.

¹ No quadro 2 é possível consultar o significado das siglas dos movimentos socioterritoriais

TABELA 1 - BRASIL - MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS POR ESTADO E MACRORREGIÕES - 2000 - 2004																
REGIÃO/UF	1°		2°		3°		4°		5°		OUTROS**		N.I*		TOTAL	
	OCUPA	FAM	OCUPA	FAM	OCUPA	FAM	OCUPA	FAM	OCUPA	FAM	OCUPA	FAM	OCUPA	FAM	OCUPA	FAM
NORTE	31	9.175	29	4.802	-	-	1	150	-	-	12	1.396	66	5.669	139	21.192
AC	-	-	2	400	-	-	1	150	-	-	-	-	4	441	7	991
AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PA	24	6.720	27	4.402	-	-	-	-	-	-	3	355	52	4.165	106	15.642
RO	5	780	-	-	-	-	-	-	-	-	8	961	6	853	19	2.594
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TO	2	1.675	-	-	-	-	-	-	-	-	1	80	4	210	7	1.965
NORDESTE	390	70.248	69	5.724	58	7.013	-	-	7	1.850	52	6.447	83	7.006	659	98.288
AL	54	7.412	-	-	-	-	-	-	3	250	3	590	13	1.026	73	9.278
BA	39	13.246	2	120	-	-	-	-	-	-	15	1.436	10	524	66	15.326
CE	20	1.656	2	179	-	-	-	-	-	-	2	310	2	132	26	2.277
MA	11	2.950	3	532	-	-	-	-	-	-	-	-	10	907	24	4.389
PB	10	1.340	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	1.219	23	2.559
PE	203	32.052	58	4.610	58	7.013	-	-	3	1.200	21	3.318	27	2.558	370	50.751
PI	14	1.975	3	145	-	-	-	-	-	-	8	443	-	-	25	2.563
RN	16	3.886	1	138	-	-	-	-	1	400	3	350	8	640	29	5.414
SE	23	5.731	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	5.731
C. OESTE	103	35.245	51	4.219	-	-	42	3.983	3	600	22	3.904	22	2.025	243	49.976
DF	5	1.060	1	34	-	-	-	-	-	-	-	-	1	172	7	1.266
GO	43	12.253	28	2.091	-	-	-	-	3	600	7	1.400	5	240	86	16.584
MS	34	11.982	21	2.034	-	-	42	3.983	-	-	11	1.074	9	323	117	19.396
MT	21	9.950	1	60	-	-	-	-	-	-	4	1.430	7	1.290	33	12.730
SUDESTE	208	35.231	43	3.818	-	-	2	50	7	1.566	93	9.389	29	2.933	382	52.987
ES	16	2.619	1	70	-	-	-	-	-	-	2	175	-	-	19	2.864
MG	59	9.490	36	2.144	-	-	-	-	4	1.050	50	5.411	14	980	163	19.075
RJ	22	4.120	4	880	-	-	-	-	-	-	3	440	1	230	30	5.670
SP	111	19.002	2	724	-	-	2	50	3	516	38	3.363	14	1.723	170	25.378
SUL	118	24.549	2	27	-	-	1	1.000	-	-	30	2.371	49	4.667	200	32.614
PR	60	9.858	1	27	-	-	-	-	-	-	25	1.856	37	4.154	123	15.895
RS	35	11.167	1	N.I	-	-	1	1.000	-	-	4	395	10	443	51	13.005
SC	23	3.524	-	-	-	-	-	-	-	-	1	120	2	70	26	3.714
BRASIL	850	174.448	194	18.590	58	7.013	46	5.183	17	4.016	209	23.507	249	22.300	1.623	255.057

Fonte: CPT - 2004. Organização - Anderson Antonio da Silva - NERA
 *N.I - Não Informado - correspondente ao registro de ações onde não foi possível identificar o nome do movimento socioterritorial
 **Outros - soma de todos os movimentos socioterritoriais que realizaram menos de 17 ocupações no ano de 2004. Ver Quadro 2 - Movimentos socioterritoriais - 2000 - 2004

Quadro 1 – Brasil – Número e nome de movimentos socioterritoriais que realizaram ocupações por ano no período 2000 - 2004

2000 17 movimentos socioterritoriais ANTEP, CONTAG, COOTERRA, CUT, FAF, LOC, MBUQT, MLST, MLT, MST, MT, MTB, MTR, MTRST, MTRSTB, MTRUB, UNIÃO FORÇA E TERRA
2001 15 movimentos socioterritoriais ACUTRMU, ASA, ATUVA, CONTAG, CUT, LCO, LOC, MAB, MLST, MLSTL, MLT, MSLTL, MSST, MST, MT
2002 14 movimentos socioterritoriais CCL, CETA, CLST, CONTAG, LCC, LCPNM, LOC, MAB, MAST, MCC, MLT, MST, MSTR, USST
2003 25 movimentos socioterritoriais ASPROJA, CETA, CONTAG, CUT, FERAESP, FETRAF, GRUPO XAMBRE, LCPCO, LCPNM, MAB, MAST, MLST, MLTRST, MSO, MSST, MST, MTAA/MT, MTB, MTBST, MTL, MTR, OLC, SINPRA, STL, UAPE
2004 25 movimentos socioterritoriais ACRQBC, ADT, ARTS, CETA, CONTAG, CUT, FAF, FETRAF, LCPCO, LCPNM, LCPR, MAST, MLST, MLT, MSST, MST, MTB, MTL, MTR, MTRSTP, MTV, MUST, OLC, QUILOMBOLA, SINTRAF

Fonte: Comissão Pastoral da Terra – CPT

Quadro 2 – Brasil – Movimentos socioterritoriais - 2000 – 2004

Nº	SIGLA	NOME DO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL	ESTADOS
1º	ACRQBC	ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO BREJO DOS CRIoulos	MG
2º	ACUTRMU	ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES	MG
3º	ADT	ASSOCIAÇÃO EM DIREITO DA TERRA	GO
4º	ANTEP	ASSOCIAÇÃO NAVIRAIENSE TERRA E PAZ	MS
5º	ARST	ASSOCIAÇÃO RENOVAÇÃO DOS SEM TERRA	AP
6º	ASA	ASSOCIAÇÃO SANTO ANTÔNIO	MT
7º	ASPROJA	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO RIO JARU	RO
8º	ATUVA	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES UNIDOS DA VILA APARECIDA	PA
9º	CCL	CENTRO DE CIDADANIA E LIDERANÇA	MG
10º	CETA	COORDENAÇÃO ESTADUAL DE TRABALHADORES ASSENTADOS	BA
11º	CLST	CAMINHO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA	MG
12º	CONTAG	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA	AC, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PE, PI, PR
13º	COOTERRA	COOPERATIVA DOS LAVRADORES NA LUTA PELA TERRA	BA
14º	CUT	CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES	AC, MS, RS, SP
15º	FAF	FEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR	SP, MS
16º	FERAESP	FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO	SP
17º	FETRAF	FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	PI
18º	GRUPO XAMBRE	GRUPO XAMBRÊ	PR
19º	LCC	LIGA CAMPONESA CORUMBIARA	RO
20º	LCPCO	LIGA DOS CAMPONESES POBRES DO CENTRO-OESTE	MG
21º	LCPNM	LIGA DOS CAMPONESES POBRES DO NORTE DE MINAS	MG
22º	LCPR	LIGA DOS CAMPONESES POBRES DE RONDÔNIA	RO
23º	LOC	LIGA OPERÁRIA CAMPONESA	MG
24º	MAB	MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS	PR, SP
25º	MAST	MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA	PR, SP
26º	MBUQT	MOVIMENTO BRASILEIROS UNIDOS QUERENDO TERRA	AP
27º	MCC	MOVIMENTO CAMPONÊS DE CORUMBIARA	RO
28º	MLST	MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA	AL, GO, MG, PE, RN, SP
29º	MLSTL	MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA DE LUTA	MG
30º	MLT	MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE	BA, MG
31º	MLTRST	MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	PE
32º	MPT	MOVIMENTO PACÍFICO PELA TERRA	SP
33º	MSL TL	MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA DE LUTA	MG
34º	MSO	MOVIMENTO SOCIAL ORGANIZADO	PR
35º	MSST	MOVIMENTO SOCIAL DOS SEM TERRA	AL, PR, RJ
36º	MST	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	AL, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, , PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP, TO
37º	MSTR	MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS	RO
38º	MT	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES	AL, PE
39º	MTAA/MT	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES ACAMPADOS E ASSENTADOS DO MATO GROSSO	MT
40º	MTB	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS NO BRASIL	PE, PR, SP
41º	MTBST	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES BRASILEIROS SEM TERRA	PE
42º	MTL	MOVIMENTO DE LUTA PELA TERRA	GO, MG, PE
43º	MTR	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS	MS, PR
44º	MTRST	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	ES
45º	MTRSTB	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA BRASILEIROS	AP
46º	MTRSTP	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA DO PARANÁ	PR
47º	MTRUB	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS E URBANOS	PE
48º	MTV	MOVIMENTO TERRA VIDA	SP
49º	MUST	MOVIMENTO UNIDO DOS SEM TERRA	SP
50º	MUT	MOVIMENTO UNIDOS PELA TERRA	PR
51º	OLC	ORGANIZAÇÃO DA LUTA NO CAMPO	PE
52º	SEM SIGLA	QUILOMBOLA	PR
53º	SINPRA	SINDICATO DOS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES RURAIS ASSENTADOS	PA
54º	STL	SINDICATO DOS TRABALHADORES NA LAVOURA	RN
55º	UAPE	UNIÃO DOS AGRICULTORES DE PERNAMBUCO	PE
56º	SEM SIGLA	UNIÃO FOÇA E TERRA	MS
57º	USST	UNIÃO DOS SANTANENSES SEM TERRA	RS

Fonte: Comissão Pastoral da Terra - CPT

Considerações Finais

O texto ora apresentado constitui-se em uma tentativa de estudo dos movimentos socioterritoriais brasileiros em escala nacional, para originar subsídios que fomentem o debate e a reflexão a respeito dos movimentos socioterritoriais como conceito geográfico. Compreender esses processos é importante para a superação de pré-conceitos contra os sujeitos que lutam por suas exigências na conquista de seus territórios. Muitas vezes são denominados baderneiros porque mexeram, entraram, penetraram em espaços – territórios de onde foram excluídos e que, por causa da desigualdade econômica e do controle social, não poderiam entrar, permanecer em seus territórios.

Também é possível mapear os movimentos das forças políticas sobre o espaço geográfico, transformando as paisagens, criando e destruindo territórios. A leitura geográfica é estratégica e fundamental para o desenvolvimento das intencionalidades que nascem e fazem nascer relações socioespaciais e socioterritoriais.

A construção dos conceitos de movimento socioespacial e socioterritorial são tentativas de desfragmentação do espaço e do território. Pode-se fazer uma leitura mais ampla a partir do conceito de movimento socioterritorial, mas esta sempre será uma leitura parcial, porque a totalidade da realidade é um processo coletivo que só pode ser compreendida no movimento de todos.

Bibliografia

- CAVALCANTI, Matuzalem Bezerra, SILVA, Anderson Antonio et al. Movimentos Socioterritoriais e Espacialização da Luta pela Terra no Estado do Paraná 2000 – 2003. Gramado: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária (anais), 2004.
- Comissão Pastoral da Terra. Caderno Conflitos no Campo - Brasil 2000. Goiânia: Edições Loyola, 2001.
- Comissão Pastoral da Terra. Caderno Conflitos no Campo - Brasil 2001. Goiânia: Edições Loyola, 2002.
- Comissão Pastoral da Terra. Caderno Conflitos no Campo - Brasil 2002. Goiânia: Edições Loyola, 2003.
- Comissão Pastoral da Terra. Caderno Conflitos no Campo - Brasil 2003. Goiânia: Edições Loyola, 2004.
- FELICIANO, Carlos Alberto. *O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária*. São Paulo, 2003. Dissertação (mestrado em Geografia) Curso de Pós – Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões Teórico-metodológicas da Pesquisa Geográfica em Assentamentos de Reforma Agrária. In Boletim Paulista de Geografia, número 75. São Paulo: AGB-SP, 1998, p. 83-129.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento Social como Categoria Geográfica. In Revista Terra Livre nº 15. São Paulo: AGB, 2000, pp. 59-85.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. The occupation as a form of access to land. Washington: LASA, 2001.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos Sociais e Espacialização da Luta pela Terra. Gramado: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária (anais), 2004.

- FERNANDES, SILVA, Anderson Antonio, GIRARDI, Eduardo Paulon. DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra: uma experiência de pesquisa e extensão no estudo da territorialização da luta pela terra. Revista Terra Livre, ano 19, vol. 2, n. 21. São Paulo, 2003.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; MARTIN, Jean Yves. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. Lutas Sociais, São Paulo, v. 12, 2004.
- GONÇALVES, Elienai Constantino, SILVA, Anderson Antonio et al. Movimentos Socioterritoriais e Espacialização da Luta pela Terra no Estado de Pernambuco – 2003. Gramado: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária (anais), 2004.
- GOLÇALVES, Carlos Walter Porto. Geo-Grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. México: Siglo Veintiuno, 2001.
- GOLÇALVES, Carlos Walter Porto. Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. In Caderno Conflitos no Campo - Brasil 2003. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2005, p. 142 – 156.
- LEFEBVRE, Henri. The production of space. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 2001.
- MARTIN, Jean Yves. Les Sans Terre du Brésil: géographie d' un mouvement socio-territorial. Paris: L' Harmattan, 2001.
- MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra – espaço: Sociedade Civil e Estado, Privado e Público na Ordem Espacial Burguesa. In Revista Território Territórios. Programa de Pós – Graduação Em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.
- NEVES, Achiles Lemos. Dos movimentos socioespaciais aos movimentos socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos movimentos pela perspectiva geográfica. Goiânia: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos (Anais), 2004.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática, 1993
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.
- SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.
- SILVA, Anderson Antonio et al. Movimentos Socioterritoriais e Espacialização da Luta pela Terra no Estado de São Paulo 2000 – 2003. Gramado: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária (anais), 2004.